

UNIÃO EUROPEIA

Elisa Ferreira fica a meio da tabela na Comissão Europeia

O primeiro-ministro garantiu uma "pasta importante" para Portugal na próxima Comissão Europeia e mostrou-se "satisfeito" pelo pelouro atribuído à portuguesa. Porém, as leituras ao grau de importância da comissão portuguesa divergem.



Miguel Baltazar



David Santiago dsantiago@negocios.pt

10 de setembro de 2019 às 19:49

"Esta pasta permitirá à comissão Elisa Ferreira, e também a Portugal, trabalhar em áreas estratégicas para o país". Foi esta a reação do primeiro-ministro, António Costa, à notícia de que a ainda vice-governadora do Banco de Portugal fora escolhida como comissão para a Política de Coesão e Reformas. A portuguesa será responsável pela gestão dos fundos estruturais e por dois novos instrumentos financeiros, um para a transição energética e digitalização e outro para financiar reformas que permitam garantir maior coesão no bloco do euro.



Presidente da Comissão Europeia. Ursula von der Leyen (PPE) foi escolhida pelo Conselho Europeu, órgão que reúne os chefes de Estado, para ser a presidente da Comissão Europeia. Após negociações entre as famílias europeias, o Parlamento Europeu votou e aprovou a ex-ministra alemã para liderar o braço executivo da União Europeia, o qual terá também de passar pelo crivo dos eurodeputados. Será a primeira mulher presidente da Comissão Europeia.

Mas afinal em que medida Portugal sai beneficiado com a distribuição de pastas revelada esta terça-feira pela presidente eleita da Comissão Europeia? "É uma pasta muito importante para a União Europeia e para Portugal", afiança Carlos Zorrinho. O eurodeputado socialista avisa, contudo, que "a função dos comissários não é representarem os seus países, mas porem em prática políticas para o conjunto da União".

António Goucha Soares discorda. O professor de Direito Europeu no ISEG considera que, "na prática, os comissários são as principais antenas dos países em Bruxelas" e sublinha que "Portugal sempre teve uma relação muito pragmática com a UE". "Como foram os fundos estruturais que mudaram o país, depois da desaceleração devido ao alargamento e à crise, agora Lisboa pretende voltar a beneficiar", explica.

Mas apesar de considerar que, "em termos substanciais", a pasta atribuída a Elisa Ferreira é uma das que "mais interessaria ao país", este especialista em assuntos europeus realça que Portugal acabou por não ficar com a presidência da Comissão, nem com nenhuma das oito vice-presidências ou sequer uma das quatro pastas historicamente mais relevantes: Comércio, Concorrência, Mercado Interno e Agricultura.

Desta forma e tendo em conta que a dinamarquesa Margrethe Vestager acumula uma vice-presidência executiva com a tutela da Concorrência, quando muito Elisa Ferreira fica na 12.^a posição na tabela dos comissários com atribuições mais relevantes.

Aquém das expetativas

O próprio António Costa sai a perder na comparação com os seus pares. Entre os seis negociadores das três principais famílias políticas europeias que lideraram as conversações com vista à distribuição dos lugares de topo das instituições europeias - o português e o homólogo espanhol Pedro Sánchez pelos socialistas, os primeiros-ministros belga, Charles Michel, e holandês, Mark Rutte, pelos liberais, e Andrej Plenkovic e Krisjanis Karins, respetivamente primeiros-ministros da Croácia e da Letónia, pelo PPE -, foi o líder do PS a obter pior resultado.

Enquanto Espanha fica com o vice-presidente responsável pela Política Externa, Michel será o futuro presidente do Conselho Europeu, a Holanda mantém o socialista Frans Timmermans como vice-presidente, a Letónia continua a ter Valdis Dombrovskis como vice e a Croácia também assegura uma vice-presidência.

Perante este cenário, o eurodeputado do PSD, Paulo Rangel, faz um balanço "de alguma deceção face ao que António Costa tinha pré-anunciado". Goucha Soares concorda e diz que "o problema foi ter-se alimentado a esperança de que Portugal iria ficar com a Economia".

Rangel reconhece ainda assim tratar-se de uma "pasta relevante", embora sinalize um "efeito contraproducente" que decorre da atribuição do FEDER (política regional) e do Fundo de Coesão a Portugal, que ao ter de assumir uma posição "neutral perde capacidade reivindicativa" no caso de ser apresentada uma proposta prejudicial para o país.

Já a eurodeputada do Bloco de Esquerda, Marisa Matias, diz que a pasta de Elisa Ferreira é "importante mas estranha" porque junta "coesão com reformas". "Juntar a verba alocada aos fundos estruturais às reformas pode condicionar a atribuição de fundos", alerta a bloquista.

Quanto aos obstáculos que a futura comissária vai enfrentar, Paulo Rangel recupera um tema polémico da campanha para as europeias para identificar o maior desafio de Elisa Ferreira: "Vai aceitar a proposta de Bruxelas que prevê um corte de 7% nos fundos de coesão?".